

Sumário

Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Funções do Estado	1
1.2. Administração em sentido amplo e em sentido estrito	7
1.3. Administração Pública em sentido subjetivo, formal ou orgânico	9
1.4. Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional	10
1.5. As atividades-meio da Administração Pública	13
1.6. Direito Administrativo – natureza jurídica	15
1.7. Direito Administrativo – conceito	17
1.8. Abrangência do Direito Administrativo	18
1.9. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês	19
1.10. Sistema administrativo brasileiro	20
1.11. Uma concepção moderna	21
1.12. Interesse público – conceito	22
1.13. Espécies de interesses do Estado	23
1.14. Teorias sobre as relações entre o Estado e os agentes públicos	25
1.14.1. Teoria do mandato	25
1.14.2. Teoria da representação	26
1.14.3. Teoria do órgão	26
1.15. Fontes do Direito Administrativo	27
Questões de Provas Anteriores	29
Capítulo 2 – Princípios Administrativos	33
2.1. Noções gerais	33
2.2. Princípio da legalidade	37
2.3. Princípio da impessoalidade	40
2.4. Princípio da moralidade	44
2.5. Princípio da publicidade	46
2.6. Princípio da eficiência	49
2.7. Princípio da razoabilidade	51
2.8. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	54

2.9.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	56
2.10.	Princípio da autotutela	58
2.11.	Princípio do devido processo legal	59
2.12.	Princípios do contraditório e da ampla defesa	60
2.13.	Princípio da motivação	61
2.14.	Princípio da segurança jurídica	62
2.15.	Princípio da continuidade dos serviços públicos	62
2.16.	Princípio da especialidade	63
2.17.	Princípio da tutela ou do controle finalístico	63
2.18.	Princípio da oficialidade	64
	Questões de Provas Anteriores	65
Capítulo 3 – Administração Pública		79
3.1.	Entidades políticas e entidades administrativas	79
3.2.	Modalidades de organização administrativa	81
3.2.1.	Descentralização administrativa	81
3.2.2.	Desconcentração administrativa	85
3.3.	Órgãos públicos	86
3.3.1.	Conceito de órgão público	86
3.3.2.	Capacidade processual dos órgãos públicos	87
3.3.3.	Criação dos órgãos públicos	88
3.3.4.	Classificação dos órgãos públicos	89
3.3.4.1.	Quanto à estrutura: simples e compostos	89
3.3.4.2.	Quanto à atuação funcional: órgãos singulares e colegiados ...	89
3.3.4.3.	Quanto à posição estatal: órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos	91
3.3.4.4.	Quanto à função: órgãos ativos, de controle e consultivos	92
3.4.	Administração Pública direta e Administração Pública indireta	92
3.5.	Entidades não integrantes da Administração Pública	94
3.6.	Instituição de entidades da Administração indireta	96
3.7.	Tutela ou controle finalístico	99
3.8.	Regimes jurídicos da Administração Pública	102
3.9.	Modalidades de entidades administrativas	104
3.9.1.	Autarquias	104
3.9.2.	Fundações públicas	106
3.9.3.	Sociedades de economia mista e empresas públicas	109
3.10.	Diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista	114
3.10.1.	Justiça competente, na esfera federal	114
3.10.2.	Forma jurídica	115
3.10.3.	Composição do capital	115
3.11.	Alguns tópicos do regime jurídico aplicável à Administração Pública	116
3.11.1.	Regimes de pessoal	116

3.11.2.	Atos e contratos.....	118
3.11.3.	Responsabilidade civil.....	119
3.11.4.	Patrimônio.....	120
3.11.5.	Justiça competente.....	120
3.11.6.	Controle judicial.....	121
3.11.7.	Licitação.....	121
3.11.8.	Imunidade tributária recíproca.....	122
3.11.9.	Vedação à concessão de benefícios e privilégios fiscais exclusivos para as empresas públicas e sociedades de economia mista.....	124
3.11.10.	Privilégios processuais.....	125
3.11.11.	Participação do poder legislativo no processo de nomeação ou exoneração de dirigentes de entidades administrativas.....	127
3.11.12.	Falência.....	127
3.12.	Reforma do Estado.....	128
3.13.	Contrato de gestão.....	129
3.14.	Agências executivas.....	132
3.15.	Agências reguladoras.....	134
3.15.1.	Origem e conceito.....	134
3.15.2.	Modalidades.....	135
3.15.3.	Forma jurídica.....	137
3.15.4.	Licitação.....	138
3.15.5.	Características.....	139
3.15.6.	Controle.....	141
3.15.7.	Regime de pessoal.....	142
3.15.8.	Algumas disposições da Lei nº 9.986/2000.....	142
	Questões de Provas Anteriores.....	144
Capítulo 4 – Terceiro setor – as entidades paraestatais.....		163
4.1.	Introdução.....	163
4.2.	Serviços sociais autônomos.....	165
4.3.	Organizações sociais.....	166
4.3.1.	Noções gerais.....	166
4.3.2.	Requisitos.....	167
4.3.3.	Aprovação da qualificação.....	168
4.3.4.	Formas de incentivo.....	168
4.3.5.	Formação do vínculo: o contrato de gestão celebrado entre o Poder Público e as organizações sociais.....	168
4.3.6.	Fiscalização.....	169
4.3.7.	Desqualificação.....	170
4.3.8.	Críticas à Lei nº 9.637/1998.....	170
4.4.	Organizações da sociedade civil de interesse coletivo (Oscip).....	172
4.4.1.	Noções gerais.....	172

4.4.2.	Áreas de atuação.....	173
4.4.3.	Entidades às quais é vedada a qualificação.....	173
4.4.4.	Aprovação da qualificação.....	174
4.4.5.	Desqualificação.....	174
4.4.6.	Formação do vínculo.....	175
4.4.7.	Fiscalização.....	175
4.4.8.	Diferenças entre OS e Oscip.....	176
	Questões de Provas Anteriores.....	178

Capítulo 5 – Poderes Administrativos.....185

5.1.	Introdução.....	185
5.2.	Poder vinculado.....	186
5.3.	Poder discricionário.....	187
5.4.	Poder regulamentar.....	190
5.5.	Poder hierárquico.....	194
5.6.	Poder disciplinar.....	197
5.7.	Poder de polícia.....	201
5.7.1.	Noções gerais.....	201
5.7.2.	Sentido negativo do poder de polícia.....	204
5.7.3.	Polícia administrativa, polícia judiciária e polícia de manutenção da ordem pública.....	205
5.7.4.	Atributos do poder de polícia.....	206
	Questões de Provas Anteriores.....	209

Capítulo 6 – Atos Administrativos.....225

6.1.	Atos da Administração.....	225
6.2.	Fatos da Administração.....	229
6.3.	Fatos administrativos.....	230
6.4.	Requisitos ou elementos de validade.....	231
6.4.1.	Competência.....	231
6.4.2.	Finalidade.....	235
6.4.3.	Forma.....	236
6.4.4.	Motivo.....	237
6.4.4.1.	Motivação.....	238
6.4.5.	Objeto.....	239
6.5.	A teoria dos motivos determinantes.....	240
6.6.	Abuso de poder.....	241
6.7.	Mérito.....	243
6.8.	Atributos.....	247
6.8.1.	Presunção de legitimidade e veracidade.....	247
6.8.2.	Imperatividade.....	248
6.8.3.	Autoexecutoriedade.....	249
6.8.4.	Tipicidade.....	250

6.9.	Desfazimento ou extinção	251
6.9.1.	Anulação	251
6.9.2.	Revogação	253
6.9.2.1.	Diferenças entre anulação e revogação	255
6.9.3.	Cassação	256
6.9.4.	Contraposição	256
6.9.5.	Outras modalidades de extinção	257
6.10.	Convalidação	257
6.11.	Conversão	260
6.12.	Classificação dos atos administrativos	261
6.12.1.	Atos de império, gestão e de expediente	261
6.12.2.	Ato válido, nulo, anulável e inexistente	262
6.12.3.	Atos gerais e individuais	262
6.12.4.	Atos internos e externos	264
6.12.5.	Ato simples, composto e complexo	264
6.12.6.	Ato perfeito, imperfeito, pendente ou consumado	265
6.12.7.	Eficácia e exequibilidade	266
6.13.	Espécies de atos administrativos	267
6.13.1.	Atos negociais	267
6.13.2.	Atos enunciativos	269
6.13.3.	Atos punitivos	270
6.13.4.	Atos normativos	271
6.13.5.	Atos ordinatórios	271
6.14.	Atos administrativos quanto à forma	271
	Questões de Provas Anteriores	274

Capítulo 7 – Processo Administrativo293

7.1.	Noções gerais	293
7.2.	Princípios processuais administrativos	294
7.2.1.	Princípio da oficialidade	294
7.2.2.	Princípio do informalismo	294
7.2.3.	Princípio da verdade material	295
7.2.4.	Princípio da publicidade	295
7.2.5.	Princípio da gratuidade	296
7.2.6.	Princípio do devido processo legal	296
7.2.7.	Princípios da ampla defesa e do contraditório	297
7.2.8.	Princípio da economia processual	298
7.2.9.	Princípio da participação popular	298
7.3.	Lei nº 9.784/1999	299
7.4.	Princípios com previsão expressa na Lei nº 9.784/1999	299
7.5.	Direitos e deveres dos administrados	301
7.6.	Instauração	303

7.7.	Legitimidade	304
7.8.	Competência	305
7.9.	Impedimento e suspeição	307
7.10.	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	308
7.11.	Comunicação dos atos	309
7.12.	Instrução	310
7.13.	Motivação	311
7.14.	Desistência, renúncia e extinção.....	312
7.15.	Convalidação	314
7.16.	Recurso e revisão	314
7.17.	Prazos.....	317
7.18.	Sanções.....	318
7.19.	Prioridade na nomeação	318
	Questões de Provas Anteriores.....	319

Capítulo 8 – Disposições Constitucionais sobre os Agentes Públicos333

8.1.	Introdução.....	333
8.2.	Classificação dos agentes públicos	334
8.2.1.	Classificação de Hely Lopes Meirelles	334
8.2.1.1.	Agentes administrativos.....	334
8.2.1.2.	Agentes políticos	336
8.2.1.3.	Agentes delegados	337
8.2.1.4.	Agentes honoríficos	338
8.2.1.5.	Agentes credenciados	338
8.2.2.	Classificação de Bandeira de Mello	338
8.3.	Regimes de pessoal: estatutário e celetista	339
8.4.	O regime jurídico único.....	342
8.5.	Acesso a cargos, empregos e funções públicas.....	343
8.6.	O concurso público	345
8.6.1.	Aplicabilidade e regras gerais.....	345
8.6.2.	Prazo de validade do concurso e direito à nomeação	350
8.7.	Duas figuras do regime estatutário: as funções de confiança e os cargos em comissão ..	354
8.8.	Direito de associação sindical.....	355
8.9.	Direito de greve	356
8.10.	Reserva de vagas para os portadores de deficiências.....	357
8.11.	O regime especial de contratação temporária	358
8.12.	Regras relativas à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas...361	
8.13.	Regras relativas à remuneração	364
8.13.1.	Espécies remuneratórias	364
8.13.2.	Irredutibilidade	367
8.13.3.	Fixação, alteração e revisão geral da remuneração (em sentido estrito) e do subsídio	368
8.13.4.	Vedação às vinculações e equiparações	368

8.13.5.	Base de cálculo para as vantagens pecuniárias	370
8.13.6.	Os tetos remuneratórios	371
8.13.7.	Limite remuneratório especial para os servidores.....	374
8.14.	Servidores em exercício de mandato eletivo	375
8.15.	Direitos trabalhistas conferidos aos servidores públicos	376
8.16.	Regime de previdência dos servidores públicos.....	377
8.16.1.	Abrangência do regime previdenciário próprio do art. 40 da CF	377
8.16.2.	Características do regime.....	379
8.16.3.	Modalidades de aposentadoria.....	380
8.16.4.	Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria.....	382
8.16.5.	Critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria pelo regime previdenciário próprio.....	384
8.16.6.	Aposentadoria especial do professor	385
8.16.7.	Acumulação de proventos	386
8.16.8.	Valor da pensão	387
8.16.9.	Cálculo da contribuição previdenciária.....	388
8.16.10.	Fim da paridade	389
8.16.11.	Abono de permanência.....	390
8.16.12.	Regime de previdência complementar	390
8.16.13.	Aposentadoria com proventos integrais e paridade – normas transitórias das EC nºs 41/2003 e 47/2005.....	392
8.17.	Estabilidade	393
8.18.	Reintegração, recondução, disponibilidade e aproveitamento	396
8.19.	Lei nº 9.962/2000: O regime de emprego público na Administração federal direta, autárquica e fundacional	399
8.20.	Responsabilidade dos agentes públicos	400
	Questões de Provas Anteriores.....	403
Capítulo 9 – Licitações		419
9.1.	Conceito	419
9.2.	Legislação aplicável.....	420
9.3.	Sujeitos obrigados a licitar	421
9.4.	Princípios da licitação	422
9.4.1.	Isonomia	422
9.4.2.	Competitividade.....	424
9.4.3.	Procedimento formal	424
9.4.4.	Vinculação ao edital.....	425
9.4.5.	Publicidade	425
9.4.6.	Sigilo na apresentação das propostas	426
9.4.7.	Julgamento objetivo.....	426
9.4.8.	Adjudicação obrigatória ao vencedor	427
9.5.	Procedimento de licitação	428

9.5.1.	Comissão de licitação	430
9.5.2.	O edital	431
9.5.3.	Audiência pública.....	434
9.5.4.	Habilitação	434
9.5.5.	Julgamento das propostas.....	438
9.5.6.	Homologação e adjudicação	439
9.6.	Revogação e anulação	441
9.7.	Tipos de licitação	442
9.8.	Participação de empresas em consórcio.....	444
9.9.	Os registros cadastrais.....	445
9.10.	O registro de preços.....	446
9.11.	Modalidades de licitação	447
9.11.1.	Concorrência.....	450
9.11.2.	Tomada de preços.....	450
9.11.3.	Convite	451
9.11.4.	Concurso.....	453
9.11.5.	Leilão	453
9.11.6.	Pregão	454
9.12.	Inexigibilidade e dispensa.....	458
9.12.1.	Inexigibilidade.....	458
9.12.2.	Dispensa de licitação	460
	9.12.2.1. Licitação dispensável	461
	9.12.2.2. Licitação dispensada.....	465
9.12.3.	Diferença entre os casos de inexigibilidade, licitação dispensável e licitação dispensada.....	468
9.12.4.	Motivação.....	468
9.13.	Recursos	470
	Questões de Provas Anteriores.....	471
Capítulo 10 – Contratos Administrativos		487
10.1.	Considerações iniciais.....	487
10.2.	Noções gerais.....	487
10.3.	Modalidades de contratos celebrados pela Administração Pública.....	488
10.4.	Contratos administrativos em espécie	489
10.4.1.	Contrato de obra pública.....	490
10.4.2.	Contrato de prestação de serviços.....	492
10.4.3.	Contrato de fornecimento	493
10.4.4.	Contrato de concessão.....	493
10.5.	Regulação dos contratos administrativos.....	494
10.6.	Características dos contratos administrativos	494
10.6.1.	Presença das cláusulas exorbitantes	494

10.6.1.1.	Alteração unilateral do contrato	495
10.6.1.2.	Rescisão unilateral do contrato	497
10.6.1.3.	Restrições à invocação da cláusula <i>exceptio non adimpleti contractus</i> (exceção do contrato não cumprido)	499
10.6.1.4.	Aplicação de penalidades	500
10.6.1.5.	Ocupação provisória	502
10.6.1.6.	Fiscalização	503
10.6.2.	Contrato de adesão	504
10.6.3.	Formalismo	505
10.6.4.	Caráter <i>intuitu personae</i>	507
10.7.	Equilíbrio econômico-financeiro	509
10.8.	Garantia	511
10.9.	Responsabilidade	512
10.10.	Prazo de duração e prorrogação do contrato	512
10.11.	Extinção do contrato	514
10.12.	Recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato	516
10.13.	Inadimplemento do contrato	517
10.14.	Teoria da imprevisão	518
10.14.1.	Caso fortuito e força maior	519
10.14.2.	Fato do príncipe	520
10.14.3.	Fato da Administração	522
10.14.4.	Interferências imprevistas	523
10.15.	Convênios	523
10.16.	Consórcios administrativos	525
10.17.	Consórcios públicos: Lei nº 11.107/2005	525
	Questões de Provas Anteriores	533
Capítulo 11 – Responsabilidade Extracontratual do Estado		547
11.1.	Considerações gerais	547
11.2.	Responsabilidade e sacrifício do direito – atos lícitos do Estado	551
11.3.	Teorias sobre a responsabilidade extracontratual do Estado	552
11.4.	Teorias de responsabilidade aplicáveis na atualidade	556
11.4.1.	Teoria da responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo	556
11.4.2.	Teoria da falta do serviço, da falta da administração, da culpa do serviço, da culpa da Administração ou da culpa anônima	560
11.4.3.	Teoria da responsabilidade subjetiva	561
11.5.	O dano indenizável	562
11.6.	Reparação do dano	564
11.7.	A ação de ressarcimento	566
11.8.	Caso fortuito e força maior	567

11.9. Hipóteses especiais de responsabilidade objetiva	570
11.9.1. Responsabilidade por danos nucleares.....	570
11.9.2. Responsabilidade pelo só fato da obra	571
11.9.3. Atos legislativos.....	571
11.9.4. Atos jurisdicionais.....	573
11.9.5. Pessoas ou coisas sob responsabilidade do Estado	573
Questões de Provas Anteriores.....	574

Capítulo 12 – Serviços Públicos

12.1. Conceitos de serviço público	585
12.2. Classificação dos serviços públicos	587
12.3. Disciplina constitucional da matéria	588
12.4. Prestação de serviço público por particulares.....	589
12.5. Modalidades de delegação de serviços públicos	589
12.6. Licitação	594
12.7. O prazo nas concessões	598
12.8. O contrato de concessão	599
12.9. Serviço público adequado.....	600
12.10. Direitos do usuário	602
12.11. Encargos da concessionária.....	602
12.12. Prerrogativas do poder concedente	603
12.13. Direitos do delegatário do serviço público	605
12.14. Subconcessão.....	608
12.15. Intervenção na concessão.....	610
12.16. Extinção da concessão	611
12.16.1. Advento do termo contratual.....	611
12.16.2. Encampação	612
12.16.3. Caducidade	613
12.16.4. Rescisão.....	614
12.16.5. Anulação	615
12.16.6. Falência ou extinção da concessionária e falecimento ou incapacidade do titular de empresa individual.....	615
12.17. Lei nº 11.079/2004: A parceria público-privada.....	615
Questões de Provas Anteriores.....	622

Capítulo 13 – Controle da Administração Pública

13.1. Conceito	633
13.2. Classificação	633
13.2.1. Quanto ao momento de exercício.....	633
13.2.1.1. Controle prévio	633
13.2.1.2. Controle concomitante	633
13.2.1.3. Controle subsequente	634

13.2.2.	Quanto à origem	634
13.2.2.1.	Controle interno	634
13.2.2.2.	Controle externo	634
13.3.	Modalidades de controle interno.....	636
13.3.1.	Controle hierárquico (ou hierárquico próprio)	636
13.3.2.	Controle hierárquico impróprio.....	637
13.3.3.	Tutela ou controle finalístico.....	637
13.3.4.	Controle interno financeiro-orçamentário.....	638
13.4.	Controle externo financeiro-orçamentário.....	638
13.5.	Controle jurisdicional	643
13.6.	Ação de improbidade administrativa	644
13.6.1.	Previsão constitucional	644
13.6.2.	Sujeição passiva.....	645
13.6.3.	Espécies de atos de improbidade	647
13.6.4.	Sanções	648
13.6.5.	Declaração de bens e valores	651
13.6.6.	Representação	651
13.6.7.	Ação de improbidade	651
13.7.	Ação popular	653
13.7.1.	Noções gerais	653
13.7.2.	Legitimidade ativa	654
13.7.3.	Legitimidade passiva	655
13.7.4.	Objeto	655
13.7.5.	Algumas disposições da Lei nº 4.717/1965	657
13.7.6.	Competência	658
13.8.	Mandado de segurança	658
13.8.1.	Considerações gerais	658
13.8.2.	Natureza residual do mandado de segurança	659
13.8.3.	Natureza jurídica do mandado de segurança	659
13.8.4.	Espécies de mandado de segurança	660
13.8.5.	Sujeito ativo no mandado de segurança.....	660
13.8.6.	Sujeito passivo no mandado de segurança	661
13.8.7.	Direito líquido e certo	664
13.8.8.	Prazo	665
13.8.9.	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança	666
13.8.10.	Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança	667
13.8.11.	Competência	668
13.8.12.	Mandado de segurança coletivo.....	669
	Questões de Provas Anteriores.....	673

Capítulo 14 – Bens Públicos.....	685
14.1. Considerações gerais.....	685
14.2. Características.....	687
14.2.1. Inalienabilidade relativa ou condicionada.....	687
14.2.2. Imprescritibilidade.....	688
14.2.3. Impenhorabilidade.....	688
14.2.4. Não onerabilidade.....	689
14.3. Classificação.....	689
14.3.1. Bens públicos quanto à destinação.....	689
14.3.2. Bens públicos quanto à disponibilidade.....	692
14.4. Afetação e desafetação.....	692
14.5. Gestão dos bens públicos.....	695
14.6. Forma de aquisição dos bens públicos.....	697
14.7. Bens públicos em espécie.....	699
Questões de Provas Anteriores.....	702
Capítulo 15 – Intervenção do Estado na Propriedade Privada.....	711
15.1. Noções gerais.....	711
15.2. Modalidades de intervenção.....	711
15.2.1. Tombamento.....	711
15.2.2. Limitações administrativas.....	715
15.2.3. Servidão administrativa.....	715
15.2.4. Requisição administrativa.....	719
15.2.5. Ocupação temporária.....	720
15.2.6. Desapropriação.....	721
15.2.6.1. Noções gerais.....	721
15.2.6.2. Bens sujeitos à desapropriação.....	723
15.2.6.3. Destino dos bens desapropriados.....	724
15.2.6.4. Fundamentos.....	725
15.2.6.5. Modalidades específicas de desapropriação.....	725
15.2.6.6. Procedimento de desapropriação.....	727
15.2.6.7. Ação de desapropriação.....	729
15.2.6.8. Retrocessão.....	731
15.2.6.9. Tredestinação.....	733
15.2.6.10. Desapropriação indireta.....	734
15.2.7. Formas de intervenção da Lei nº 10.257/2001.....	734
15.2.7.1. Parcelamento ou edificação compulsórios.....	735
15.2.7.2. IPTU progressivo no tempo.....	736
15.2.7.3. Desapropriação urbanística.....	736
15.2.7.4. Direito de preempção.....	737
15.2.7.5. Transferência do direito de construir.....	738
Questões de Provas Anteriores.....	740

Capítulo 16 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais –

Lei nº 8.112/1990	749
16.1. Disposições preliminares	749
16.2. Provimento	750
16.3. Nomeação.....	751
16.3.1. Concurso público.....	752
16.3.2. Posse	753
16.3.3. Exercício	754
16.3.4. Estágio probatório	755
16.3.5. Estabilidade.....	758
16.4. Formas de provimento derivadas	758
16.4.1. Readaptação	758
16.4.2. Reversão	759
16.4.3. Reintegração.....	760
16.4.4. Recondição.....	761
16.4.5. Aproveitamento e disponibilidade	761
16.5. Vacância.....	762
16.6. Remoção.....	763
16.7. Redistribuição.....	764
16.8. Vencimento e remuneração.....	764
16.9. Vantagens pecuniárias.....	765
16.9.1. Indenizações.....	765
16.9.1.1. Ajuda de custo.....	766
16.9.1.2. Diárias.....	766
16.9.1.3. Indenização de transporte.....	767
16.9.1.4. Auxílio-moradia	767
16.9.2. Gratificações e adicionais.....	769
16.9.2.1. Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento	769
16.9.2.2. Gratificação natalina	770
16.9.2.3. Adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas	770
16.9.2.4. Adicional por serviço extraordinário.....	771
16.9.2.5. Adicional noturno	771
16.9.2.6. Adicional de férias.....	772
16.9.2.7. Gratificação por encargo de curso ou concurso.....	772
16.10. Férias.....	773
16.11. Licenças e afastamentos	774
16.11.1. Licenças	774
16.11.1.1. Licença por motivo de doença em pessoa da família.....	775
16.11.1.2. Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro	775

16.11.1.3. Licença para o serviço militar	776
16.11.1.4. Licença para atividade política	776
16.11.1.5. Licença para capacitação	777
16.11.1.6. Licença para tratar de interesses particulares	778
16.11.1.7. Licença para o desempenho de mandato classista ou para a participação na administração ou gerência de cooperativa de servidores públicos	778
16.11.2. Afastamentos	778
16.11.2.1. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade	778
16.11.2.2. Afastamento para exercício de mandato eletivo	780
16.11.2.3. Afastamento para estudo ou missão no exterior e para servir em organismo internacional	781
16.11.2.4. Afastamento para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no país	781
16.12. Tempo de serviço	782
16.13. Direito de petição	783
16.14. Regime disciplinar	784
16.14.1. Deveres	784
16.14.2. Proibições	786
16.14.3. Penalidades	787
16.15. Processo administrativo disciplinar	791
16.15.1. Considerações iniciais	791
16.15.2. Sindicância	792
16.15.3. Processo disciplinar	793
16.15.3.1. Instauração	794
16.15.3.2. Inquérito	794
16.15.3.2.1. Instrução	794
16.15.3.3. Julgamento	796
16.15.4. Revisão	797
16.15.5. Processo administrativo sumário	798
Questões de Provas Anteriores	800
Gabarito	815
Bibliografia	823